

Teorias de movimentos sociais em perspectiva comparada

Debate o discusión en teoría social

GT 20: Sociedad civil: protestas y movimientos sociales

Heribert Schmitz¹

Resumo

Os movimentos sociais são objeto de estudo desde o século XIX. Durante este tempo, a ideia do que é um movimento social se alterou significativamente. Nas duas últimas décadas, foi desenvolvido, nos Estados Unidos e na Europa, um certo consenso sobre o que se entende por movimentos sociais, que derivou numa nova teoria denominado neste artigo de "Teoria Contemporânea Predominante dos Movimentos Sociais" (TCPMS). O objetivo do artigo é comparar as concepções sobre movimentos sociais prevalentes na América do Norte e Europa em contraste com as do Brasil.

Palavras-chave: Teoria dos movimentos sociais, Movimentos sociais no Brasil, Ação coletiva.

Introdução

Os movimentos sociais são objeto de estudo desde o século XIX. Lorenz von Stein escreveu já em meados do Século XIX uma história dos movimentos sociais na França. Desde então, a ideia de que é um movimento social se alterou significativamente. Além da influência das preferências teóricas de cada época, as abordagens acerca dos movimentos sociais foram cunhadas sempre pela natureza dos movimentos em análise que apresentam uma extrema diversidade empírica.

Nas duas últimas décadas, foi desenvolvido, nos Estados Unidos e na Europa, um certo consenso sobre o que se entende por movimentos sociais, que derivou numa nova teoria denominado neste artigo de "Teoria Contemporânea Predominante dos Movimentos Sociais" (TCPMS)². Para esta vertente que reúne ideias da Teoria do Processo Político (TPP) e da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), incluindo o conceito dos *frames* desenvolvido por Snow e Benford como resultado da releitura de Erving Goffman (Gohn, 1997; Della Porta; Diani, 2006; Cefaï; 2007, Alonso, 2009), os movimentos sociais são vistos como uma interação de certa duração de uma rede de grupos e organizações que pretendem, por meio de protesto, realizar ou impedir mudanças sociais.

O estudo da literatura brasileira sobre os movimentos sociais, no entanto, permite constatar que as ideias da TCPMT quase não encontram aceitação. Esta observação, no entanto, vale também para outras abordagens anteriores, principalmente norteamericanas, como a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria do Processo Político (TPP).

Diante desta constatação, o objetivo do artigo é comparar as concepções sobre movimentos sociais prevalentes na América do Norte e Europa em contraste com as do Brasil identificando as suas vertentes teóricas, contrapontos e perspectivas. Procura-se responder às seguintes perguntas: Quais as razões para esta diferença conceitual? Como distinguir um movimento social de outras formas de ação coletiva, especialmente de partidos, sindicatos, grupos de interesse (lobbies), ONGs e iniciativas

¹ Doutor em Sociologia Rural, professor de Sociologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém (PA), bolsista de produtividade do CNPq; heri@amazonet.com.br

² Esta expressão é inspirada por Hamm (2011) que usa "Current Social Movement Theory (CSMT)". Um dos expoentes dessa teoria, Dieter Rucht (2008; comunicação pessoal), não concorda em falar de escola. Por outro, esta vertente foi identificada por Gohn (1997), numa fase inicial, como Teoria de Mobilização Política (TMP).

cívicas locais nas abordagens utilizadas no Brasil? A pouca adoção da TCPMS no contexto do Brasil tem consequências?

Para responder estas perguntas foi realizada uma ampla revisão de literatura no Brasil e no exterior. O artigo está composto por três partes. Na primeira, é analisada a literatura contemporânea sobre movimentos sociais dos principais autores norte-americanos, europeus e brasileiros e descritas as principais correntes. Na segunda, são identificadas as principais diferenças nas compreensões dos movimentos sociais no meio acadêmico brasileiro. Na terceira, são analisados as consequências da adoção de diferentes teorias para a análise de movimentos sociais no Brasil. O método usado é o estudo bibliográfico, que foi facilitado pela longa experiência com movimentos sociais, tanto por meio da participação na Europa, quanto no Brasil.

O debate recente do conceito de movimento social por um grupo de estudiosos

Para Rucht (1994, p.76), uma teoria dos movimentos sociais deve permitir "[...] identificar empiricamente movimentos ou elementos e distingui-los, por um lado, de atores coletivos (tais como partidos, grupos de interesse, seitas) e, por outro, dinâmicas coletivas (correntes espirituais, modas, pânico, etc) [...]." Deve-se estar atento para distinguir "[...] a ideia de *movimento social*, como categoria analítica ... das várias práticas concretas denominadas de 'movimentos sociais' ou 'movimentos populares'", como alerta Scherer-Warren (2002, p.248). Por isso, torna-se necessário, elaborar critérios para identificar este conceito, sem confundi-lo com categorias baseadas em auto-denominações ou indicadores que não alcançam o cerne desse fenômeno social.

Partindo da ideia do movimento social em um contexto temporal e espacial específico, tenta-se identificar as propriedades características que permitem estender o conceito a um número suficientemente grande de casos sem, no entanto, perder a capacidade de distinção. Trata-se um procedimento heurístico para tentar aproximar o conceito e a realidade. Alguns autores definem critérios, como Chazel (1995, p.291), que indica quatro tarefas essenciais para uma sociologia dos movimentos sociais que dizem respeito a): às transformações das condições macrosociológicas; b) aos fatores mais diretos e mais concretos da mobilização coletiva; c) aos componentes ideológicos dos movimentos sociais; e d) às possibilidades de êxito deste ou daquele tipo de movimento, relacionadas com as alianças. Outros exigem que, para elaborar uma teoria "[...] devemos começar com o que sabemos empiricamente sobre movimentos sociais" (Oliver, 1989, p.2). A questão essencial é: "Com que pareceu esse movimento?" (Oliver 1989, p.2), ou: "Como devemos chamá-lo" (Tilly, 1984, p.298). Reflete-se nesse processo quais fenômenos sociais devem ser cobertos por este termo e quais não. O conceito é adaptado, ao mesmo tempo, aos fenômenos observados e às ideias do autor sobre os mesmos.

Desde os anos 1970, foram feitos enormes esforços para obter uma definição mais precisa de movimento social e uma diferenciação de outras formas de ação coletiva, especialmente de partidos, sindicatos, grupos de interesse (lobbies), ONGs e iniciativas cívicas locais. Nas últimas duas décadas, foi desenvolvido, nos Estados Unidos e na Europa, um certo consenso sobre o que se entende por movimentos sociais, formulado por Rucht (1994, p. 76-77) da seguinte maneira: "Um *movimento social* é um sistema de ação de redes compostos de grupos e organizações com uma certa duração amparado por uma identidade coletiva que pretendem realizar, evitar ou desfazer uma mudança social por meio de protesto - se necessário até pelo uso da força."³ Esta definição tem a vantagem de não visar apenas a situação do estado-nação e do conflito entre adversários e autoridade, como a definição de Tilly (1984)⁴, mas os confrontos entre diferentes grupos sociais, também além das fronteiras de países. Rucht

³ Neste processo, as chamadas Organizações de Movimentos Sociais (OMS) desempenham um papel importante.

⁴ Tilly (1984, p.304) elaborou a seguinte definição: "Um movimento social é uma séria ininterrupta (*sustained*) de interações entre os detentores do poder e indivíduos que pretendem com êxito falar a favor de um conjunto de pessoas

(1994), como Tilly, limita a aplicação do conceito a um contexto histórico, a modernidade, compreendendo os movimentos sociais como os produtos e os produtores desta época.

Mesmo que os seus integrantes não a reconheçam como uma escola teórica, usarei em seguida a expressão provisória TCPMS. Por esta nova vertente, os movimentos sociais são vistos, portanto, como uma interação de certa duração de uma rede de grupos e organizações. No entanto, os autores dessa abordagem são enfáticos em afirmar que movimentos sociais não são organizações e que não pode-se usar o instrumentário da sociologia das organizações para analisá-los (Tilly, 1984; Della Porta; Diani, 2006). Chazel (1995, p. 286) afirma "[...] que deve se evitar *reificar* o movimento social, concebendo-o à imagem de um grupo, e mais ainda *hipostasiá-lo*, conferindo-lhe uma vontade coletiva [...]". Outro aspecto é enfatizada por Della Porta e Diani (2006, p. 24) quando ressaltam: "Nenhum ator único organizado, não importa quão poderoso, pode afirmar que representa um movimento como um todo."

Esta visão surgiu, especialmente, em contraposição a alguns autores da TMR, para a qual a organização era o fator decisivo para explicar a mobilização dos participantes de um movimento e que tinha sublinhado, sobretudo, o caráter do movimento social como uma organização e grupo de interesse, respectivamente. Autores como Tilly (1984) e Oliver (1989) se dirigem, principalmente, contra o uso do conceito de movimento social para entidades chamados de "movimento social profissional" (*professional social movement*; McCarthy; Zald, 1987, p. 374-380) ou "movimentos de uma única organização" (*single-organization movements*; Turner; Killian, 1987, p. 369-370). Nestes esforços, Charles Tilly tem desempenhado um papel importante e sua definição têm influenciado muitos pesquisadores de movimento sociais. Para Tilly (1984), a inserção histórica do conceito de movimento é importante.

A crítica das definições anteriores por esses autores pode ser resumida em três pontos: 1) a natureza do movimento social: os autores citados enfatizam que o movimento social não é uma organização ou um grupo, e que os instrumentos e os termos da sociologia das organizações não podem ser aplicados a eles, mas que trata-se de interações entre diferentes grupos sociais que, muitas vezes, envolvem autoridades; 2) a composição do movimento social: não trata-se de uma única coletividade, mas existe um número de grupos e organizações (Organizações de Movimentos Sociais - OMS), assim como vários eventos coletivos que juntos compõem o movimento; 3) a aplicabilidade espacial e temporal do conceito: Trata-se da questão da validade do conceito em outros contextos. Observa-se já alguma cautela no uso da expressão movimento social, por exemplo, por Hobsbawm (1978 [1959]), que falou de "rebeldes primitivos" e "formas arcaicas de movimentos sociais", quando ele trata as revoltas camponesas dos Séculos XIX e XX, incluído o caso dos "bandidos sociais", como os "Cangaceiros" do Lampião no Brasil (ver também Gohn, 2003, p.80).

Os autores voltam-se especificamente contra o uso do conceito movimento social para os seguintes fenômenos: inovações religiosas (por exemplo, movimentos messiânicos), cruzadas, revoltas locais (movimentos paroquiais), atores coletivos como partidos políticos, grupos de interesse ou "seitas"⁵ e dinâmicas coletivas como movimentos culturais, modas⁶ ou pânico. Rejeitam especificamente a inclusão de grupos de interesse (lobbies⁷) caracterizados pelos defensores da TMR como "movimento social profissional" (McCarthy; Zald, 1987, p.374ss) e "seitas", por exemplo, a

(*constituency*) a quem falta representação formal [...]". Em princípio, esta definição é adotada também por McAdam, Tarrow e Tilly (2009, p. 21), no seu texto de 1996.

⁵ Uso o termo seita entre aspas porque é usado muitas vezes de forma preconceituosa para igrejas de menor porte ou de confissão diferente da dos autores.

⁶ Herbert Blumer (1995 [1951]) identificou três categorias de movimentos: genéricos, específicos e expressivos, sendo estes últimos não reconhecidas como movimentos sociais pelos autores da TCPMS.

⁷ Um exemplo seria a caracterização da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) como movimento social. No entanto, outra organização que representava uma parte da agricultura patronal era a União Democrática Ruralista (UDR) que eu consideraria um movimento social.

comunidade liderada por Bagwan Shree Rajneesh (Oshu) enquadrado por Turner e Killian (1987, p.370) na categoria "movimentos de uma única organização".

Da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) foram integradas alguns elementos, como a identidade coletiva (Melucci, 1988, 1995), enquanto simultaneamente ocorreu um distanciamento dessa abordagem.

Observa-se árduas críticas às compreensões de Alain Touraine, como no debate de Rucht (1991) respondido por Touraine (1991), ou pelos autores franceses Chazel (1995, p.285) e Fillieule (1993, p.29-31). Por causa da sua heterogeneidade e da percepção da sua característica como normativa demais e pouco "operacional" (Cefaï; Trom, 2001, p.11), a maioria dos estudiosos norteamericanos e europeus abandona a abordagem dos "novos movimentos sociais" que não consegue formar uma escola de pensamento.

Rucht e Roth (2008, p.662) enfatizam que "a predominância dos NMS [novos movimentos sociais] vale apenas para uma fase curta e próspera da história da pós-guerra" da Alemanha. "Há muito, temas de 'pão e manteiga'", quer dizer, questões materiais, "entraram mais fortemente na agenda e a ressurreição de idéias e mundos simbólicos da extrema direita coloca-se, particularmente, na Alemanha como um desafio especial". Em função disso, houve um esforço para mudar o nome da principal revista da área na Alemanha, passando de "Revista de Pesquisa dos Novos Movimentos Sociais" para "Revista de Pesquisa dos Movimentos Sociais"⁸.

Observou-se o fenômeno de adoção mútua de elementos de teorias dos adversários e a criação de uma nova teoria, mesmo sendo não admitida publicamente a formação de uma escola, como mencionado anteriormente. Diferentemente do processo de mudança de paradigma descrito por Kuhn (1962), que raramente conta com o reconhecimento da nova visão pelos adversários, mas principalmente pela nova geração de cientistas, no caso da TCPMS observa-se o processo de adesão pelos expoentes de outras teorias. Exemplo disso, na Conferência Internacional "Outcomes of Social Movements and Protest"⁹ participaram um grande número de cientistas renomados que estiveram no cerne de disputas entre diferentes teorias de movimentos sociais (TMR, TPP, TNMS) em um clima harmonioso¹⁰. Parece que os principais elementos da TCPMS hoje são reconhecidos por estes estudiosos; observa-se apenas diferenças na ênfase dada por eles, por exemplo, para as oportunidades políticas, os marcos referenciais (*frames*) ou a identidade coletiva.

Para a nova geração de estudiosos na Europa, por exemplo representado pelo grupo de debate "Política de baixo" (*Politik von unten*), um círculo europeu de estudiosos, doutorandos e cientistas renomados, como Dieter Rucht e Donatella Della Porta, esta abordagem é a base para a análise dos movimentos sociais e também o "porto seguro" para avançar para temas mais amplas como as políticas de contestação (*contentious politics*) e os movimentos transnacionais.¹¹

⁸ Apesar de solicitações a partir de 1998, a revista renomada *Forschungsjournal Neue Soziale Bewegungen* mudou apenas a partir de 2011 o nome para *Forschungsjournal Soziale Bewegungen*, sendo criticado ainda em 2008 por este "atraso" (Rucht; Roth, 2008, p.641).

⁹ Tradução: Impactos de movimentos sociais e protesto. A conferência foi realizada no Centro de Pesquisa de Ciências Sociais de Berlim (WZB), em junho de 2011, e tornou-se uma homenagem a Dieter Rucht, que na ocasião estava se aposentando.

¹⁰ Segundo Della Porta; Diani (2006, p.viii) pode-se identificar um "círculo interno" (*inner circle*) que compartilha as posições defendidas nesse livro e contribuiu para a sua realização. Nessa conferência estavam presentes, entre outros, Sidney Tarrow, Doug McAdam, John D. McCarthy, David A. Snow, Olivier Fillieule, Erik Neveu, Donatella Della Porta, Margit Mayer e Roland Roth. Pode-se considerar como expoentes dessa teorie pelo menos os estudiosos que simultaneamente são mencionados no referido círculo por Della Porta e Diani (2006) e como convidados do mencionado congresso: Olivier Fillieule, Marco Giugni, Doug McAdam, John McCarthy, Dieter Rucht, David Snow, Sidney Tarrow e os autores Donatella Della Porta e Mario Diani. Na formação desse consenso, Charles Tilly teve um papel central.

¹¹ Não pretendo ampliar o debate para estes temas, mas concentrar as reflexões ao campo do movimento social que, para mim, continua ser uma categoria analítica importante.

A compreensão do conceito movimento social por autores no Brasil

Apesar de terem passados quase 30 anos desde a definição dos movimentos sociais por Tilly, no ano de 1984, verifica-se que as exigências conceituais desse autor, incorporadas pela TCPMT, têm pouca aceitação na literatura brasileira sobre os movimentos sociais¹². Em geral, a TCPMS é pouco adotada na sua íntegra, tampouco existe um debate crítico com a CTPMT explicando esta "desconsideração". Por que este ponto de vista não tem prevalecido no Brasil? Existem quatro opções: 1) os trabalhos dos autores citados não são conhecidos; 2) existem razões teóricas para que os resultados não sejam aceitos; 3) há razões políticas que impedem a aceitação dos resultados; e 4) o contexto é tão diferente que a adoção não é recomendada.

A primeira pergunta pode ser excluído considerando os contatos de relevantes estudiosos brasileiros de movimentos sociais com seus pares norte-americanos. Os autores dessa abordagem, por exemplo, Sidney Tarrow (1998), são amplamente citados na literatura brasileira (Gohn, 1997; Alonso, 2009; Bringel, 2011). No entanto, observa-se uma ausência de debate crítico, no Brasil, sobre a TPP e a abordagem denominada, nesse artigo, provisoriamente de TCPMS. Consequentemente, não tem uma resposta concisa à segunda pergunta. Porém, há muita simpatia entre os cientistas brasileiros para a TNMS, com particular ênfase para Alain Touraine e, em menor proporção, Alberto Melucci (Gohn, 2008a, 2008b; Scherer-Warren, 2008, 2010; Gadea; Scherer-Warren, 2005). Alonso (2009) afirma a hegemonia da TNMS na América Latina.

Bringel (2011) fornece também algumas pistas para responder as perguntas. Segundo Bringel (2011, p.51), "[...] até recentemente a discussão sobre as teorias norte-americanas, neste campo de estudo, no Brasil esteve caracterizada por ser: a) indireta; b) tardia; c) parcial/limitada. Além de problemas como a falta ou tardia tradução dos estudiosos dessa abordagem, ele identifica o anti-imperialismo latino-americano, o profundo estruturalismo na tradição do pensamento social regional e a influência de Alain Touraine e colaboradores" (Bringel, 2011, p.54).

A pouca aderência à TCPMS tem consequências na análise dos movimentos sociais no Brasil?

O que significa a renúncia a esse aporte teórico? A TCPMS desenvolveu um amplo arcabouço para analisar os movimentos sociais e explicar sua capacidade de mobilização e suas ações. Entre outros destacam-se: a definição do conceito de movimento social e, assim, a distinção entre movimentos sociais e outras formas de ação coletiva; o recorte histórico referente à época da modernidade, que evita questionar a apropriação da teoria para outros contextos; os frames, a identidade coletiva, o processo da mobilização a partir dos interesses e motivos dos indivíduos, os repertórios. Este instrumentário poderia ser usado completo ou pelo menos parcialmente no âmbito de outros quadros teóricos?

Tanto em 1997, quanto em 2008, Gohn, (2008a, p.13) constata que "[...] grandes lacunas permanecem na produção acadêmica a respeito dos movimentos sociais, embora elas tenham estado presentes na literatura há algum tempo e alimentando o debate a respeito". A autora identifica entre as grandes questões não resolvidas: "1) o próprio conceito de movimento social; 2) o que os qualificam como novos? 3) o que os distingue de outras ações coletivas ou de algumas organizações sociais como as ONGs? 4. o que ocorre de fato quando uma ação coletiva expressa num movimento social se

¹² Alonso (2009, p. 59) menciona em seu balanço sobre as teorias dos movimentos sociais no Brasil apenas um autor, Boschi, que em 1987 utiliza uma versão "estilizada" da Teoria do Processo Político (TPP) para tratar das mobilizações durante o processo de redemocratização, isso mais do que 20 anos atrás. Além disso, ela observara apenas um modesto sucesso desta abordagem na América Latina. Muitos dos autores dessa teoria podem ser considerados hoje como expoentes da TCPMS.

institucionaliza?" (Gohn, 1997, p.11; 2008a, p.13)¹³. É a falta de uma teoria consistente que deixa Gohn sentir essa insuficiência? Ou trata-se da falta de uma teoria unificadora? A questão relativa à qualificação de movimentos como "novo" faz apenas sentido no âmbito da TNMS.

Sem aprofundar o debate, pode-se constatar, a partir das afirmações de Gohn, deficiências das abordagens empreendidas em relação à distinção entre diferentes formas de ação coletiva, principal tema na construção da TCPMS.

Ademais, se faz necessário verificar a validade dos critérios para a aplicação do conceito de movimento social elaborados pelos teóricos norte-americanos e europeus reunidos em torno da TCPMS. Esta abordagem é apropriada para outros contextos? Chama a atenção o fato de que os movimentos sociais pesquisados pelos estudiosos norte-americanos e europeus são, principalmente, movimentos da classe média em países do chamado "primeiro mundo", ou seja, em países com uma democracia do tipo "ocidental" (Rucht, 1994; Melucci, 1988)¹⁴. No cerne da pesquisa encontraram-se movimentos que não lutaram diretamente pelas necessidades materiais, mas por temas "distantes" da vida cotidiana dos seus seguidores (*distant issue movements*; Rucht, 2000), por exemplo, o movimento pelos direitos civis, o movimento ambiental e o movimento feminista. Alonso (2009:67) caracteriza os "novos movimentos sociais" também dessa maneira: "As reivindicações teriam se deslocado dos itens redistributivos, do mundo do trabalho, para a vida cotidiana, demandando a democratização de suas estruturas e afirmando novas identidades e valores. Estaria em curso uma politização da vida privada [...] Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida."

Estudando movimentos sociais, especialmente movimentos rurais, no Brasil, no entanto, percebe-se algumas diferenças entre as abordagens predominantes nos Estados Unidos e na Europa e as aceitações acerca do tema no Brasil. Isso se mostra principalmente no tratamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o mais famoso movimento social brasileiro (Branford; Rocha, 2002; Carter, 2010). Numa análise a partir da abordagem apresentada acima (TCPMS), o MST não seria reconhecido como movimento social. Outros movimentos, também, se distinguem dos exemplos estudados na Europa e América do Norte e não apresentam as características para se qualificar como movimentos sociais, segundo esta abordagem.

A maior parte dos pesquisadores dos movimentos sociais do Brasil mostra simpatia com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Para esses estudiosos, o MST é compreendido como um movimento social (Gohn, 1997, 2008; Giarraca, 2002; Scherer-Warren, 2002, Bringel, 2006; Mirza, 2006; Lazzaretti, 2007; Silva, 2008; Rosa, 2009; Giarraca & Teubal, 2009; Carter, 2010; Medeiros, 2010)¹⁵. Com poucas exceções (Navarro, 2010, Martins, 1996) ninguém defende que o MST não seja

¹³ A autora explicita o seu conceito: "Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações" (Gohn, 2008a, p.14).

¹⁴ Por falta de alternativas convincentes, eu continuo a usar os termos primeiro e terceiro mundo, embora a realidade que lhes trouxe não existe mais (a guerra fria de 1945 a 1989). Os termos mais comumente usados, Países do Sul ou Países em Desenvolvimento, não uso, porque sugerem condições específicas, por exemplo, os países industrializados como um modelo ou a localização geográfica em uma região do mundo que nem sempre coincide (por exemplo, o estado mexicano de Chiapas, onde atuam os neozapatistas, está localizado no hemisfério Norte; Silva 2008). Por isso, os termos me parecem ainda apropriados para descrever o contexto da população pobre em um país com extremas desigualdades.

¹⁵ Além disso, os autores da América Latina e da Europa, que tratam do MST, agem da mesma forma. Exceções neste avaliação são os antigos defensores do MST, José de Souza Martins e Zander Navarro, que se tornaram, na última década, os principais adversários desse movimento no meio acadêmico. Seus argumentos (Martins, 1996; Navarro, 2010), no entanto, se referem mais a um processo de "institucionalização" desses movimentos sociais (sobre esse processo ver Rucht; Blattert; Rink, 1997; Tarrow 1998; Schmitz, 2009). Segundo esse raciocínio, o MST não é mais um movimento social, mas tem se "[...] estruturado logo depois de 1984, numa organização formal, altamente centralizada [...]". (Navarro, 2010, p. 6).

um movimento social. O MST e vários outros movimentos "singulares" (*single-organization movements*) são considerados como movimento social típico. Comumente, o MST é e analisado, essencialmente, em termos organizacionais, como estratégia, liderança, recrutamento, estrutura organizacional, etc. Este enquadramento, porém, é incompatível com as conclusões e definições de movimentos sociais anteriormente discutidas.

O MST não pode ser equiparado a um grupo de interesse ("movimento profissional"). Não existe formalmente como organização e não tem membros registrados. Mais ainda, o protesto, o repertório¹⁶ e a preocupação com a formação de uma identidade coletiva dos seus participantes, os sem-terra, distinguem o MST de um lobby no meio rural, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Esta observação levanta a questão: Como pode-se explicar que o MST seja considerado pelos pesquisadores brasileiros um movimento social? E se não fosse um movimento social, como poderíamos chamá-lo?

Pode ser revelador identificar quais dos fenômenos coletivos no Brasil não poderiam ser cobertos pela TCPMS. Numa primeira análise, ainda superficial, não poderiam se enquadrar os movimentos religiosos (os movimentos messiânicos presentes no Brasil nos últimos cem anos), os movimentos camponeses e o movimento dos sem terra, ou seja, movimentos que não têm as características de movimentos da classe média em países ocidentais com práticas democráticas estabelecidas, muitos dos quais descritos em Gohn (2003).

Dadas as considerações anteriores, deve se verificar, em que medida o contexto diferente, em particular de um movimento de população pobre rural (MPPR) de um país do "terceiro mundo", torna necessário elaborar uma abordagem modificada. Se esta hipótese for aceita, isso poderia fornecer mais uma explicação para a pouca aceitação da TCPMS.

Enquanto no caso dos movimentos da classe média européia a importância do desenvolvimento ou da existência de uma identidade coletiva (muitas vezes suposta sem uma análise profunda) atualmente é relativizada (Rucht, 2011), os movimentos de populações pobres necessitam, ao contrário, de uma forte relação entre lideranças e membros. Para este tipo de movimento não se aplica a ideia de Tarrow (2009, p. 77) de "[...] que os fortes laços de grupos homogêneos, como a 'classe trabalhadora' [...]" e a solidariedade de classe são "[...] muito menos importante - e poderia até ser contraproducente - nas interações sustentadas com autoridades, necessárias para construir movimentos sociais nacionais". Ao contrário, pode se observar uma liderança forte, às vezes criticada como tutela dos membros, por exemplo, por Navarro (2002).

Por outro, existem também movimentos que atendam aos critérios estabelecidos pela TCPMS, como mostra a análise do movimento ambientalista brasileira por Alonso, Costa e Maciel (2007), cuja estrutura de rede atende os critérios dessa vertente teórica ou o movimento reformista da geração 1870, discutido em Alonso (2000).

Reflexões finais

Com as questões levantadas nesse texto, pretendo mais incentivar o debate entre as diferentes abordagens no Brasil, do que fornecer respostas.

O fato de que no Brasil diferentes tipos de movimento são aceitos como movimento social torna difícil adotar a TCPMS. Observa-se que as contribuições para uma teoria dos movimentos sociais no Brasil aceitam, na sua maioria, a ideia, tanto de um movimento como uma coletividade, um empreendimento ou uma unidade organizacional dirigida por seus próprios líderes (tipo MST), quanto

¹⁶ Como repertório refere-se aos meios utilizados por um movimento social, a fim de fazer valer suas demandas. Talvez os mais famosos são as barricadas (Revolução Francesa, Maio de 1968 em Paris), as petições (inicialmente usadas especialmente no Reino Unido), hoje principalmente as grandes manifestações e, recentemente, as ocupações de praças centrais como em Cairo (Egito), Madri (Espanha), Nova York (Estados Unidos). Os repertórios mais comuns do MST são: ocupação de terra, ocupação de prédios públicos, marchas.

a compreensão de um movimento como um conjunto de organizações ou uma rede (tipo movimento ambiental).

As considerações apresentadas nesse texto indicam que o estudo dos movimentos sociais no Brasil foi significativamente influenciado por outras preferências teóricas em detrimento da TMR, da TPP e da TCPMS. Há uma preferência pelos autores da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Além disso, as abordagens acerca dos movimentos sociais foram cunhadas decisivamente pela natureza dos movimentos em análise que apresentam uma extrema diversidade empírica considerando movimentos de classe média em países do chamado "Primeiro Mundo" ou movimentos de populações pobres rurais no chamado "Terceiro Mundo". No entanto, a TCPMS pode ser útil para analisar movimentos como os movimentos ambientais da classe média.

Neste caso, a questão principal seria, quais os critérios para a distinção dos movimentos sociais de outras formas de ação coletiva, partindo do consenso, que partidos, sindicatos, ONGs, grupos de interesse (*lobbies*) e inúmeras outras organizações formais (como igrejas e outros grupos religiosos) não são movimentos sociais. A elaboração de outros critérios seria indispensável, porque - como se mostra no caso do MST - a principal qualidade atribuída pela TCPMS aos movimentos sociais é sua característica de rede de grupos e organizações sendo rejeitada a entidade singular imaginada como organização.

Por último, vale destacar: "Não há um único modelo de organização de um movimento" (Tarrow, 1998, p.137).

REFERÊNCIAS

Alonso, Angela (2000). Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 35-55.

Alonso, Angela (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço de debate. *Lua Nova* [online], São Paulo, n.76, p.49-86.

Alonso, Angela; Costa, Valeriana; Maciel, Débora (2007). Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos Estudos CEBRAP* 79, São Paulo, p.151-167.

Blumer, Herbert (1995). Social Movements. In: Lyman, Stanford. (ed.). *Social movements: critiques, concepts, case-studies*. New York: New York University Press. p.60-83. [Reprinted from: Lee, Alfred McClung (Ed.). *New Outline of the Principles of Sociology*. 2. ed. New York: Barnes & Noble, 1951. p. 199-220.]

Branford, Sue; Rocha, Jan (2002). *Cutting the wire: the story of the landless movement in Brazil*. London: Latin America Bureau.

Bringel, Breno Marquéz (2006). El lugar también importa: las diferentes relaciones entre Lula e MST. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 9, n.9, p.27-48.

Bringel, Breno (2011). A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. *Política & Sociedade*, v.10, n.18, p.51-73.

Carter, Miguel (2010). Desafiando a desigualdade: contestação, contexto e consequências. In: Carter, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Trad. Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP. p.495-520. Original 2007.

Cefaï, Daniel (2007). *Pourquoi se mobilise-t-on? Les théories de l'action collective*. Paris: La Découverte.

Cefaï, Daniel; Trom, Danny (Dir.) (2001). *Les formes de l'action collective: mobilisations dans des arènes publiques*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Chazel, François (1995). Movimentos sociais. In: Boudon, Raymond (dir.). *Tratado de sociologia*. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p.283-335. <Original: 1992>

Della Porta, Donatella; Diani, Mario (2006). *Social movements: an introduction*. 2.Ed. Oxford: Blackwell. [Original 1999]

Fillieule, Olivier (1993). L'analyse des mouvements sociaux: pour une problématique unifiée. In: Fillieule, Olivier (dir.), *Sociologie de la protestation: les formes de l'action collective dans la France contemporaine*. Paris: L'Harmattan. p.29-64.

Gadea, Carlos; Scherer-Warren, Ilse (2005). A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latinoamericanos. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.25.

Giarracca, Norma (2002). Movimientos sociales y protestos en los mundos rurales latinoamericanos: nuevos escenarios y nuevos enfoques. *Sociologias*, n.8, Porto Alegre, jul/dez.

Giarracca, Norma; Teubal, Miguel (Coord.) (2009). *La tierra es nuestra, tuya y de aquel...* Las disputas por el territorio en América Latina. Buenos Aires: Antropofagia.

Gohn, Maria da Glória (1997). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.

Gohn, Maria da Glória (2003). *História dos Movimentos e Lutas Sociais*. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola. Original: 1995.

Gohn, Maria da Glória (2008a). *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola.

Gohn, Maria da Glória (2008b). Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455.

Hamm, Marion (2011). *Performing Protest: Media Practices in the Trans-Urban Euromayday Movement of the Precarious*. Luzern: Kultur- und Sozialwissenschaftliche Fakultät, Universität Luzern. (Tese de Doutorado em Sociologia).

Hobsbawm, Eric John. (1978). *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar. <Original: 1959>.

Kuhn, Thomas S. (1962). *The structure of scientific revolution*. Chicago: University of Chicago Press.

Lazzaretti, Miguel Ângelo (2007). *A produção da ação coletiva no MST: relações de poder e subjetividade*. João Pessoa: UFPB, UFCG. (Tese de Doutorado em Sociologia).

Martins, José de Souza (1997). A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: Stédile, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. 2.Ed. Petrópolis: Vozes, p.11-76.

McAdam, Doug; Tarrow, Sidney; Tilly, Charles (2009). Para mapear o confronto político. *Lua Nova*. São Paulo, n.76, p.11-48. <Original: 1996>

McCarthy, John D.; Zald, Mayer N. (1987). The trend of social movements in America: professionalisation and resource mobilization. In: Zald, Mayer N.; McCarthy, John D. (Eds.). *Social movements in an organizational society*. Collected essays. New Brunswick: Transaction Books. p.337-391. <Original: 1973>.

Medeiros, Leonilde Sérvo de (2010). Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: Carter, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Trad. Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP. p.113-136.

Melucci, Alberto (1988). Getting involved: identity and mobilization in social movements. In: Klandermans, Bert; Kriesi, Hanspeter; Tarrow, Sidney (Ed.). *From structure to action: comparing social movement research across cultures*. London: JAI, v. 1. p. 329-348.

Melucci, Alberto (1995). The process of collective identity. In: Johnston, Hank; Klandermans, Bert (Eds.). *Social movements and culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press. p.41-63.

Mirza, Christian Adel (2006). *Movimentos sociales y sistemas políticos en América Latina: la construcción de nuevas democracias*. Buenos Aires, Clacso. 291p. <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/mirza/mirza.html>> Acesso: 08.1.2009

Navarro, Zander (2002). "Mobilização sem emancipação" – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: Santos, Boaventura de Sousa. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p.189-232.

Navarro, Zander (2010). The Brazilian Landless Movement (MST): critical times. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v.15, n.1, p.196-223.

Oliver, Pamela (1989). Bringing the crowd back. *Research in social movements, conflict and change*. v.10, Greenwich, CT: JAI Press. p.1-30.

Rosa, Marcelo Carvalho (2009). Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil. *Lua Nova* [online], São Paulo, n.76, p.197-227. <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a07.pdf>> Acesso: 28.02.2010.

Rucht, Dieter (1991). Social theory as a theory of social movements? A critique of Alain Touraine. In: Rucht, Dieter (Ed.). *Research on social movement: the state of the art in Western Europe and the USA*. Frankfurt a.M.: Campus Verlag; Boulder, Colorado: Westview Press. p.355-384.

Rucht, Dieter (1994). *Modernisierung und neue soziale Bewegungen*. Frankfurt a.M.: Campus Verlag.

Rucht, Dieter (2000). Distant issue movements in Germany: empirical description and theoretical reflections. In: Guidry, John A.; Kennedy, Michael D.; Zald, Mayer N. *Globalizations and social movements: culture, power, and the transnational public sphere*. Ann Arbor: The University of Michigan Press. p.76-105.

Rucht, Dieter (2011). Zum Stand der Forschung zu sozialen Bewegungen. *Forschungsjournal Soziale Bewegungen*, Stuttgart, Jg. 24, Heft 3, p.20-47.

Rucht, Dieter; Blattert, Barbara; Rink, Dieter (1997). *Soziale Bewegungen auf dem Weg zur Institutionalisierung*. Frankfurt a.M.: Campus Verlag. 254p.

Rucht, Dieter; Roth, Roland (2008). Soziale Bewegungen und Protest - eine theoretische und empirische Bilanz. In: Roth, Roland; Rucht, Dieter. *Die sozialen Bewegungen in Deutschland seit 1945: ein Handbuch*. Frankfurt a.M.: Campus Verlag, p.635-668.

Scherer-Warren, Ilse (2002). A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. In: Scherer-Warren, Ilse; Ferreira, José Maria Carvalho (Org.). *Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal*. São Paulo: Cortez. p. 243-257.

Scherer-Warren, Ilse (2008). Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517.

Scherer-Warren, Ilse (2010). Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, p. 10-17.

Schmitz, Heribert (2009). O MST à luz de teorias dos movimentos sociais. In: *Congresso Brasileiro de Sociologia*, 14. Anais ... "Sociologia: Consensos e Controvérsias". Rio de Janeiro: SBS. Disponível em: <<http://www.sbs2009.sbsociologia.com.br>> Acesso em: 30.07.2009.

Silva, Émerson Neves da (2008). *A contribuição da Igreja Católica para a formação do Neozapatismo e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2008. 247f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS.

Tarrow, Sidney (1998). *Power in movement: social movements and contentious politics*. 2.Ed. Cambridge: Cambridge University Press. <Original: 1994>

Tarrow, Sidney (2009). *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes. <Original: 1994>

Tilly, Charles (1984). Social movements and national politics. In: Bright, C.; Harding, S. (org.). *Statemaking and social movements*. Ann Arbor: University of Michigan Press. p.297-317.

Touraine, Alain (1991). Commentary on Dieter Rucht's critique. In: Rucht, Dieter (Ed.). *Research on social movement: the state of the art in Western Europe and the USA*. Frankfurt a.M.: Campus Verlag; Boulder, Colorado: Westview Press. p.385-391.

Turner, Ralph H.; Killian, Lewis M. (1987). *Collective Behavior*. 3. Ed. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.